LABGEO
Engenharia e Geotecnologia

Estudo de Impacte Ambiental

Pedreira do Pico

Resumo Não Técnico

Proponente:

Hugo Filipe Goulart Pereira de Medeiros

Dezembro de 2025

Informação sobre o documento e autores	
Proponente	Hugo Filipe Goulart Pereira de Medeiros Zona Industrial Prainha do Norte 9940-035 São Roque do Pico ☏ +351 292 655 490 | ✉ geral@pedradopico.com
Descrição do Documento	Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Plano de Pedreira da Pedreira do Pico
Versão	1.0
Referência do Ficheiro	RTXXV_33_RNT-EIA_SPP
N.º de Páginas	23
Execução do Estudo	LabGeo – Engenharia e Geotecnologia Estrada dos Portões Vermelhos, 20, Fração 21 9560-450 Rosário, Lagoa ☏ 96 373 02 87 ✉ info@labgeo.pt
Coordenador do Estudo	Diogo Caetano
Data	Dezembro de 2025

Índice

1 Introdução 1
1.1 Resumo Não Técnico – O que é? 1
1.2 O Porquê do Estudo de Impacte Ambiental 1
1.3 Identificação do Projeto, Proponente e Entidade Licenciadora 1
2 Descrição do Projeto 3
2.1 Enquadramento Geográfico 3
2.2 Objetivo do Projeto 3
2.3 Descrição Sumária do Projeto 3
2.3.1 Fase de Construção 4
2.3.2 Fase de Exploração 4
2.3.3 Fase de Desativação 4
3 Caracterização da Situação de Referência 7
3.1 Geologia e Geomorfologia 7
3.2 Solos 7
3.3 Hidrogeologia e Recursos Hídricos 7
3.4 Ecologia 8
3.5 Qualidade do Ar 9
3.6 Ambiente Sonoro 10
3.7 Paisagem 10
3.8 Socioeconomia 10
4 Principais Impactes Gerados pelo Projeto 13
4.1 Impactes Negativos e Medidas de Minimização 13
4.2 Impactes Positivos e Medidas de Potenciação 15
5 Considerações Finais 17

1 Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de exploração da Pedreira do Pico (Plano de Pedreira da Pedreira do Pico), no concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico.

1.1 Resumo Não Técnico – O que é?

O Resumo Não Técnico consiste num documento de suporte à participação pública, que descreve de forma resumida as informações que constam no Estudo de Impacte Ambiental, visando os aspetos mais relevantes do projeto e os impactes decorrentes da sua implementação e fazendo uso de uma linguagem simples e acessível, de modo que seja percetível ao público em geral.

Para informações mais detalhadas sobre o projeto e os seus possíveis impactes deverá ser consultado o EIA que se encontra disponível na página de consulta pública do Governo Regional dos Açores: https://portal.azores.gov.pt/web/gov/consultas.

1.2 O Porquê do Estudo de Impacte Ambiental

A principal missão de um EIA é a avaliação das consequências que um determinado projeto tem nos diversos fatores ambientais da região onde se insere, definindo medidas de minimização para os efeitos negativos e medidas de potenciação para os efeitos positivos.

O projeto de exploração da Pedreira do Pico encontra-se sujeito ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental por totalizar, em conjunto com exploração similar, sita no raio de 1 km, uma área superior a 5 hectares.

1.3 Identificação do Projeto, Proponente e Entidade Licenciadora

O presente EIA incide sobre um projeto de exploração de basalto – Plano de Pedreira da Pedreira do Pico – o qual se encontra em fase de projeto de execução.

Constitui-se como proponente deste projeto Hugo Filipe Goulart Pereira de Medeiros, com morada profissional na Zona Industrial da Prainha do Norte, 9940-035 São Roque do Pico, ilha do Pico.

A entidade licenciadora desta tipologia de projeto é a Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, afeta à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. A entidade responsável pelo processo de Avaliação de Impacte Ambiental – Autoridade Ambiental – é a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, afeta à Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

2 Descrição do Projeto

2.1 Enquadramento Geográfico

O projeto de exploração da Pedreira do Pico incide sobre uma área de 26 163 m^2, localizada na freguesia de Santa Luzia, concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico.

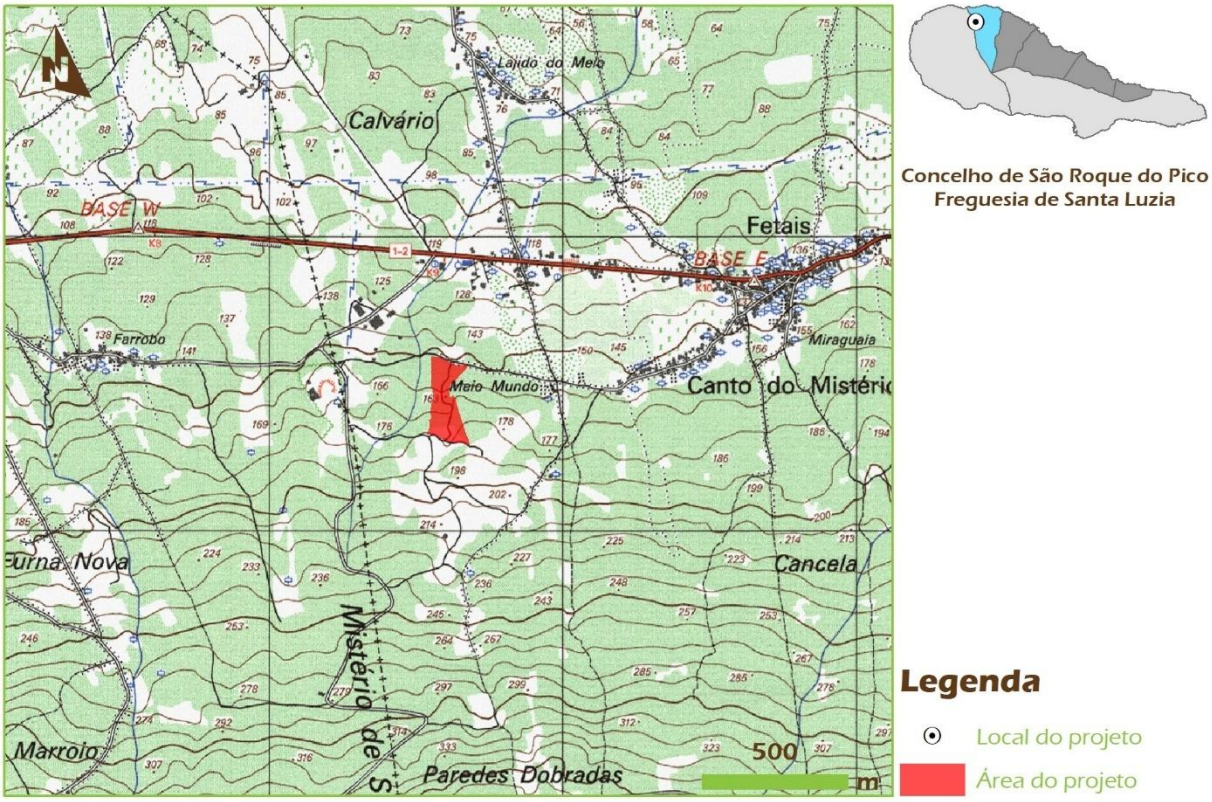


Figura 1 | Localização geográfica da área do projeto[1]

2.2 Objetivo do Projeto

O projeto visa o licenciamento de uma exploração de basalto, para consumo próprio e para comercialização, enquanto produto tal e qual ou como produto transformado, para fornecimento do mercado de construção civil e obras públicas da ilha do Pico.

2.3 Descrição Sumária do Projeto

O plano de pedreira (projeto) apresenta a descrição técnica dos trabalhos a realizar no âmbito da preparação da área (fase de construção), da exploração do recurso mineral (fase de exploração) e

[1] Instituto Geográfico do Exército, 2001. Carta Militar de Portugal, S. Roque do Pico (Pico - Açores), Folha 8. Escala 1:25 000, Série M889. Edição 2. Lisboa.

da recuperação ambiental e paisagística da área e da desativação da exploração (fase de desativação). O projeto prevê uma área máxima de exploração de 16 757 m^2.

2.3.1 Fase de Construção

Os trabalhos de preparação da área para exploração preveem a remoção de solos e de coberto vegetal, a abertura de acessos internos e a implantação de estruturas de apoio. A remoção de espécies vegetais dotadas de estatuto de proteção só poderá ser efetuada após autorização prévia. Os solos serão acondicionados no local para posterior utilização nas tarefas de recuperação paisagística (fase de desativação).

2.3.2 Fase de Exploração

O desmonte do recurso mineral será realizado em profundidade, originando bancadas entre as cotas de 165 e 145 m, no sector sul da pedreira, e de 145 e 135 m, no sector norte, originando taludes subverticais com altura máxima de 10 m. A atividade extrativa será realizada com recurso a retroescavadora com martelo hidráulico, quando a fracturação e/ou desagregação do maciço rochoso permitir, ou com recurso a substâncias explosivas, sempre que se mostre necessário. Os trabalhos de exploração serão realizados por um mínimo de dois trabalhadores, um operador de substâncias explosivas/máquinas e um transportador.

Tendo em consideração o cálculo das reservas brutas da pedreira (188 235 m^3), a previsão da capacidade de desmonte e uma extração média anual na ordem dos 10 000 m^3, é estimado que a exploração decorra durante 19 anos.

Como medidas de proteção, o projeto prevê a vedação da entrada do terreno com um portão, a colocação de uma placa indicativa da existência de zona de extração e identificação da respetiva licença e informação relativa ao perigo que representa a entrada na pedreira.

2.3.3 Fase de Desativação

De uma forma geral, na fase de desativação perspetiva-se a regularização dos terrenos (aterros de cobertura e solos), o revestimento vegetal e a remoção das estruturas utilizadas na área do projeto.

A zona depressionária e os taludes gerados com o desmonte serão suavizados por enchimento reduzido, até à cota de 145 m. Para a reversão topográfica, serão acomodados e compactados cerca 22 588 m^3 de materiais resultantes do processo de exploração (materiais estéreis) e de solos e rochas limpos a receber, provenientes de desaterros e escavações. Para o revestimento dos aterros serão acomodados solos com características semelhantes às dos solos existentes na envolvente. Posteriormente a área será recuperada em floresta, com plantio de urze, faia e pinheiro.

As tarefas de recuperação ambiental e paisagística deverão prolongar-se até ao final do último ano do projeto (ano 20), devendo a área ser vedada até à regeneração biofísica do local.



Figura 2 | Esquema da recuperação ambiental prevista – enchimento reduzido[2]

[2] Adaptado de BASTOS, M. & AZEVEDO E SILVA, I., 2005. Uma Diversidade de Soluções para a reconversão, Reabilitação e Recuperação Paisagística de Pedreiras. Livro de resumos do XV Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de minas da Ordem dos Engenheiros. Ordem dos Engenheiros - Colégios (Ed.). Ponta Delgada.

3 Caracterização da Situação de Referência

Com o intuito de caracterizar a situação de referência da área de estudo, procedeu-se a uma recolha de informação bibliográfica e cartográfica, tendo esta sido devidamente complementada e validada com recurso a trabalho de campo.

Efetuou-se uma descrição e caraterização dos diversos fatores ambientais suscetíveis de serem afetados pela implementação do projeto, apresentada sumariamente nos capítulos seguintes.

3.1 Geologia e Geomorfologia

Na ilha do Pico predominam as formas vulcânicas. A área de estudo enquadra-se no flanco norte do Vulcão da Montanha, entre os 150 e os 180 m de altitude, numa área onde se identificam escoadas lávicas basálticas.

De um modo geral, a área de estudo encontra-se exposta a perigos vulcânicos decorrentes de erupções vulcânicas efusivas e explosivas, nomeadamente escoadas lávicas e queda de piroclastos. No que concerne a sismicidade, a área de estudo enquadra-se em local que registou intensidade máxima sentida de VI (sismo ligeiramente danificante), na Escala Macrossísmica Europeia – 1998[3].

3.2 Solos

Considerando a capacidade de uso do solo, a área de estudo enquadra-se num espaço que abrange solos não aráveis, com utilização potencial de reserva natural e de pastagem natural e/ou floresta, e que apresentam limitações na zona radicular, como espessura efetiva, pedregosidade, afloramentos rochosos, entre outros[4].

De acordo com a carta de ocupação do solo da Região Autónoma dos Açores, a área de estudo apresenta uma ocupação territorial artificializada, como área de extração de massas minerais, e florestal, enquanto floresta de folhosas[5].

3.3 Hidrogeologia e Recursos Hídricos

No que concerne as águas superficiais, a área de estudo enquadra-se numa zona desprovida de linhas de água.

[3] SILVA, M.A., 2005. Caracterização da Sismicidade Histórica dos Açores com Base na Reinterpretação de Dados de Macrossísmica: Contribuição para a Avaliação do Risco Sísmico nas Ilhas do Grupo Central. Tese de Mestrado em Vulcanologia e Riscos Geológicos. Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

[4] MADRUGA, J., PINHEIRO, J. & SAMPAIO, J., 1986. Carta de Capacidade de Uso do Solo da Ilha do Pico – Açores. Escala 1: 50 000. Universidade dos Açores.

[5] COS.A/2018. Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores 2018. Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente.

No que concerne as águas subterrâneas, na ilha do Pico estão identificadas duas nascentes e 15 furos de captação, sendo que a área de estudo incide em zona de proteção alargada ao furo de captação St.ª Luzia (JK1). Considerando as zonas potenciais de recarga de aquíferos, na área de estudo predomina a classe de recarga elevada. Segundo a cartografia de vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas, na área de estudo predomina a classe de moderada vulnerabilidade à poluição[6].

3.4 Ecologia

A área de estudo desenvolve-se numa zona de ocupação florestal, composta maioritariamente por espécies arbóreas introduzidas naturalizadas e invasoras, tais como o pinheiro, eucalipto e a acácia, verificando-se também a ocorrência de algumas espécies nativas, nomeadamente a faia. A área de estudo compreende uma anterior exploração de massas minerais (pedreira), a qual se encontra em processo de recuperação natural, evidenciando-se a recolonização espontânea da mesma em termos de coberto vegetal, com predomínio de espécies do estrato herbáceo e arbustivo, quer de origem nativa e endémica, como a faia e a urze, quer de carácter invasor, como a acácia. No contexto da área em estudo não foram identificados habitats considerados como prioritários.



[6] PGRH-Açores, 2021. "Caracterização e Diagnóstico da Situação de Referência, Volume 6 – Pico". Relatório Técnico. Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (RH9) 2022-2027. Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Ponta Delgada, dezembro de 2021.



Figura 3 | Aspeto gerais da área de estudo em termos coberto vegetal predominante. Outubro de 2025.

Relativamente à fauna, de entre um total de 13 espécies identificadas ou cuja ocorrência é considerada provável na área de estudo, seis são endémicas dos Açores, correspondendo a aves. Todas estas possuem estatuto de conservação para a RAA de pouco preocupante ou desconhecido.

O EIA considera que a área de estudo, embora evidencie alguma diversidade específica em termos do coberto vegetal, com registo de espécimes endémicos dotados de estatuto de proteção na RAA, não apresenta significativo valor ecológico.

3.5 Qualidade do Ar

A qualidade do ar é o termo que traduz o grau de poluição do ar atmosférico. Considerando que as pedreiras são das principais fontes emissoras de partículas em suspensão, o poluente PM_{10} (partículas finas em suspensão, com diâmetro inferior a 10 µm) é um dos poluentes com maior probabilidade de ser gerado na área de estudo.

De acordo com o Relatório de Qualidade do Ar dos Açores 2023, não se verificaram excedências ao valor limite diário estabelecido pela legislação (são permitidas 35 excedências por ano), em 2023. Por sua vez, os valores anuais foram muito inferiores ao valor limite estabelecido por legislação. De forma geral, os resultados da avaliação da qualidade do ar no que respeita ao poluente PM_{10} classificaram este parâmetro como "Muito Bom". O índice global da qualidade do ar nos Açores teve, em 2023, a classificação de "Bom".

3.6 Ambiente Sonoro

Na área de estudo consideram-se como principais fontes sonoras que compõem o ruído ambiente, a laboração da pedreira do Meio Mundo e respetivas unidades de transformação associadas, assim como da unidade industrial conserveira (Conseran) – ambas fontes sonoras permanentes – e a circulação de veículos na rede viária envolvente, que neste caso constitui uma fonte sonora temporária.

Na envolvente à área de estudo, identificam-se como recetores sensíveis (edifícios habitacionais, escolares, hospitalares ou similares ou espaço de lazer, com utilização humana) a zona de lazer do Parque Florestal de Santa Luzia e o edificado habitacional disperso da freguesia de Santa Luzia localizado a norte e nordeste.

3.7 Paisagem

A paisagem da ilha do Pico é eminentemente rural, mas com forte componente natural na maioria da sua estrutura, sendo dominada pela Montanha do Pico, situada no lado ocidental da ilha, e pela extensa área de "currais" de vinha, com "canadas" e "maroiços", na zona baixa litoral.

A área de estudo enquadra-se numa unidade de paisagem, onde se destacam, em vastas áreas de declive suave, culturas de vinha e de figueiras, em currais e curraletas, e onde se encontra um importante património edificado (adegas, casas solarengas, ermidas, etc.).

Foi realizada uma simulação da acessibilidade visual da área de estudo, resultando que a mesma é visível a partir alguns troços da estrada regional, a norte, assim como a partir dos caminhos florestais adjacentes. Contudo, devido à extensão de coberto florestal que ocorre sobretudo nos seus quadrantes este e oeste, a área de estudo apresentará menor visibilidade do que a simulada.

3.8 Socioeconomia

A ilha do Pico é a quarta mais populosa do arquipélago, contando com 13 879 residentes, o que representa cerca 6% da população dos Açores, à data dos Censos 2021. Na ilha do Pico o sector terciário é o que emprega maior percentagem de população (72%), seguido do sector secundário (17%) e do sector primário, que representa cerca de 11% do emprego.

O tecido empresarial dos Açores é constituído por 32 730 empresas, 8% das quais localizadas na ilha do Pico. Considerando as diferentes atividades económicas, mais de metade dos estabelecimentos presentes na ilha do Pico encontram-se afetos à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, às atividades de alojamento, restauração e similares e de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos. No que respeita ao volume de negócios, o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos era a atividade

económica que concentrava a maior faturação (51%). As indústrias extrativas representavam 0,1% da faturação regional, não existindo dados para a ilha do Pico. Em 2024, as indústrias extrativas geraram, a nível regional, um valor acrescentado bruto de 2 965 863 €.

4 Principais Impactes Gerados pelo Projeto

4.1 Impactes Negativos e Medidas de Minimização

O EIA identifica os impactes que prevê venham a ser gerados ao nível dos diferentes fatores ambientais caracterizados na situação de referência, como consequência da implementação do projeto.

No contexto da fase de construção, as atividades relacionadas com a preparação da área para a fase de desmonte (fase de exploração) implicarão impactes negativos. Destacam-se a este nível os impactes negativos e significativos referentes à remoção de espécimes de vegetação endémica e nativa (fator ambiental Ecologia), e à eventual contaminação de águas subterrâneas (fator ambiental Hidrogeologia e Recursos Hídricos), que é transversal a todas as fases do projeto.

Na tabela seguinte identificam-se os vários impactes negativos identificados para a fase de construção do projeto, com incidência em diferentes fatores ambientais.

Tabela 1 | Impactes negativos do projeto – fase de construção

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Erosão e dispersão de massa mineral
Solos	Erosão e dispersão de solos Alteração das características naturais dos solos Contaminação de solos Alteração da ocupação do solo
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Ecologia	Remoção de espécimes de vegetação endémica e nativa Perturbação da fauna local
Qualidade do Ar	Degradação da qualidade do ar local
Ambiente Sonoro	Aumento do ruído ambiente
Paisagem	Descontinuidade visual e cénica da paisagem local

No contexto da fase de exploração, destacam-se, pela sua significância, além da eventual contaminação de águas subterrâneas (fator ambiental Hidrogeologia e Recursos Hídricos), o impacte negativo e significativo identificado ao nível da Geologia e Geomorfologia, correspondente à alteração da morfologia da área de exploração, assim como a disrupção visual e cénica da área de estudo, decorrente da atividade de exploração da pedreira (fator ambiental Paisagem). Na tabela seguinte identificam-se os vários impactes negativos identificados para a fase de exploração do projeto, com incidência nos diferentes fatores ambientais estudados.

Tabela 2 | Impactes negativos do projeto – fase de exploração

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Consumo de recurso mineral Erosão e dispersão de massa mineral Alteração da morfologia da área de exploração
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Ecologia	Morte de espécimes faunísticos por colisão ou esmagamento Perturbação da fauna local
Qualidade do Ar	Degradação da qualidade do ar local
Ambiente Sonoro	Aumento do ruído ambiente
Paisagem	Disrupção visual associada à exploração da pedreira
Socioeconomia	Perturbação da população Risco de acidentes com pessoas e bens

Na fase de desativação do projeto, o EIA perspetiva impactes negativos e maioritariamente pouco significativos com incidência em alguns fatores ambientais, sendo que, para além da eventual contaminação de águas subterrâneas (fator ambiental Hidrogeologia e Recursos Hídricos), que apesar da sua reduzida probabilidade de ocorrência, acompanha todas as fases do projeto, não se destaca nenhum outro impacte de maior relevância. Na tabela seguinte identificam-se os impactes negativos identificados para a fase de desativação.

Tabela 3 | Impactes negativos do projeto – fase de desativação

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Erosão e dispersão de materiais de aterro
Solos	Erosão e dispersão de solos Contaminação de solos
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Qualidade do Ar	Degradação da qualidade do ar local
Ambiente Sonoro	Aumento do ruído ambiente

Considerando os impactes negativos identificados, foram definidas as seguintes medidas de minimização, com o objetivo de evitar, minimizar ou compensar os seus efeitos:

- Replantar, tanto quando possível, os espécimes de vegetação nativa e endémica que venham a ser removidas localmente no âmbito da fase de construção;
- Reforço e manutenção da cortina arbórea, junto aos limites norte e sul da área de estudo;

- Promover uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes, nomeadamente, óleos e combustíveis, através da sua recolha, separação e encaminhamento para destino final adequado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de situações acidentais (ex. derrames);
- Manutenção e verificação periódica dos equipamentos motorizados utilizados na intervenção, nos estaleiros do proponente ou em outro local apropriado para tal;
- Maximização do aproveitamento do recurso geológico explorado, através, por exemplo, do dimensionamento adequado do diagrama de fogo e outras técnicas de desmonte;
- Promover um adequado acondicionamento e armazenamento do recurso mineral, em caso de acumulação de *stock* na área;
- Evitar a execução de rebentamentos quando se verifiquem condições atmosféricas adversas (ex. direção e velocidade do vento);
- Colocar sinalização de perigo, relativa à entrada/saída de viaturas e circulação de viaturas pesadas, nas estradas circundantes e utilizadas preferencialmente pelas viaturas pesadas afetas ao projeto;
- A circulação de equipamentos e veículos afetos ao projeto deverá cingir-se aos caminhos e acessos internos existentes e a criar para o efeito, por forma a minimizar a perturbação/afugentamento e evitar eventuais colisões e/ou esmagamento de espécimes faunísticos;
- Realizar um adequado acondicionamento e armazenamento dos solos/terra vegetal movimentados, protegendo-os da erosão eólica e hídrica, com vista à posterior utilização no contexto dos trabalhos de recuperação paisagística;
- Aspersão hídrica, sempre que se mostre necessário, dos acessos internos e outros locais onde ocorra a produção e acumulação de poeiras.

4.2 Impactes Positivos e Medidas de Potenciação

Na avaliação dos impactes gerados pela implementação do projeto, o EIA identifica também impactes positivos sobre diversos fatores ambientais.

No contexto da fase de construção, destaca-se o impacte positivo e significativo com incidência no fator ambiental Ecologia, referente à eliminação de espécimes de vegetação invasora.

Tabela 4 | Impactes positivos do projeto – fase de construção

Fator Ambiental	Impacte
Ecologia	Corte e eliminação de vegetação invasora

Fator Ambiental	Impacte
Socioeconomia	Criação e/ou manutenção de postos de trabalho

No decorrer da fase de exploração identificam-se impactes positivos em termos socioeconómicos, destacando-se como de maior significância a produção de recurso mineral com elevado valor socioeconómico. Na tabela seguinte identificam-se os impactes positivos identificados na fase de exploração do projeto.

Tabela 5 | Impactes positivos do projeto – fase de exploração

Fator Ambiental	Impacte
Socioeconomia	Criação e/ou manutenção de postos de trabalho Produção de recurso mineral com elevado valor socioeconómico

No contexto da fase de desativação do projeto, o EIA identifica impactes positivos, todos pouco significativos, com incidência em alguns fatores ambientais. Na tabela seguinte identificam-se os impactes positivos identificados na fase de desativação do projeto.

Tabela 6 | Impactes positivos do projeto – fase de desativação

Fator Ambiental	Impacte
Solos	Alteração da ocupação do solo
Ecologia	Plena reflorestação da área de estudo
Paisagem	Melhoria cénica da paisagem local
Socioeconomia	Criação e/ou manutenção de postos de trabalho

Considerando os impactes positivos identificados, o EIA propõe as seguintes medidas com o objetivo de os potenciar e de modo a promover a sustentabilidade económica e ambiental do projeto:

- Evitar a dispersão de infestantes mediante um controlo inicial através da remoção manual, com posterior enterro dos indivíduos dispersos, ou aplicação mista de controlo químico e remoção manual para as maiores manchas;
- Priorizar a contratação de mão de obra local;
- Promover ações de formação profissional e de sensibilização, de modo a fomentar a qualificação contínua dos trabalhadores.

5 Considerações Finais

O projeto de exploração da Pedreira do Pico abrange uma área de 26 163 m^2, com ocupação florestal e anteriormente intervencionada no âmbito de atividade extrativa licenciada, na freguesia de Santa Luzia, concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico. O projeto tem como pretensão a exploração de basalto para comercialização e utilização na construção civil e obras públicas.

O projeto prevê uma vida útil para a pedreira de 20 anos. A atividade de extração de recurso mineral será desenvolvida numa área máxima de 16 757 m^2, com o desmonte de rocha a originar bancadas de exploração entre as cotas de 165 m e 145 m no sector sul da pedreira e entre as cotas de 145 m e 135 m no sector norte, numa média de extração anual estimada em 10 000 m^3. O processo extrativo será realizado por retroescavadora com martelo hidráulico ou, quando se mostre necessário, com recurso a substâncias explosivas. Após a exploração a área será alvo de enchimento reduzido, até à cota de 145 m, e recuperada em floresta.

O EIA identifica impactes sobre a generalidade dos fatores ambientais analisados, sendo estes, na sua generalidade, impactes negativos, classificados como pouco significativos.

Considerando os impactes negativos que serão introduzidos pelo projeto e dos quais se prevê possam assumir maior significância, destaca-se a possibilidade de contaminação de águas subterrâneas, em caso de derrames acidentais, em todas as fases do projeto, a remoção de espécimes de vegetação nativa, no contexto da fase de construção, e a alteração da morfologia da área de exploração e a disrupção visual associada à exploração da pedreira, no âmbito da fase de exploração.

O EIA considera que o corte e eliminação de vegetação invasora, no contexto da fase de construção, assim como a produção de um recurso mineral com elevado valor socioeconómico, na fase de exploração, representarão impactes positivos e significativos introduzidos pelo projeto.

Na perspetiva de fomentar um maior equilíbrio ambiental ao nível da área de estudo e sua envolvente, o EIA propõe, por um lado, medidas de minimização para os impactes negativos identificados, e por outro, medidas potenciadoras dos impactes positivos do projeto.